

”Os fabricantes dos gozos da inteligência” — alguns aspectos da organização do mercado de trabalho intelectual no Portugal de Oitocentos

1. DO VATE AO PROFISSIONAL DE LETRAS...

Ao longo do século XIX, o «mercado literário» foi-se desenvolvendo e o público foi-se alargando, embora dentro das modestas dimensões que o desenvolvimento do País permitia. Criaram-se novas vias de profissionalização para o homem de letras e valorizaram-se outras até então depreciadas, como o jornalismo.

No final do primeiro quartel do século XIX, ser poeta significava ainda andar maltrapilho, viver vida cínica pelos cafés e bilhares do Chiado ou do Quebra-Costas, onde, com o charuto na boca e o ponche ou a filipina na mão, «se discute de sonetos, décimas, odes pindáricas e diti-rambos»¹. Reproduzia-se, assim, uma imagem do *vate*, antecessor do profissional de letras, cuja existência, marcada frequentemente por reduzidas oportunidades de formação e de carreira, ficava condenada a uma boémia que não contava sequer com a legitimação de uma origem social favorecida². Restringidos nos seus movimentos pela minguia de recursos materiais, de espaço social e de horizontes culturais, muitos destes intelectuais passavam o seu tempo no reduto dos botequins, consumindo-se em *guerras poéticas* com seus pares; marginalizados, caíam não raro sob a alçada da lei, com mandatos de captura por costumes dissolutos ou impiedade (Bocage tornar-se-ia o representante por excelência deste tipo de *vate*).

¹ Garrett, *Lírica de João Mínimo*, ed. de 1853, p. 5.

² Na *Assembleia ou Partida*, Correia Garção denuncia essa imagem depreciativa do poeta através das palavras de uma dama com prosápias de fidalguia que procura dissuadir o filho das suas pretensões a poeta: «Ser poeta, meu Jofre? Coitadinho! / — E que mau é, senhora, ser poeta? / — De frenesi tão louco imaginava / Que só pobres vilões adoeciam; / E teus grandes avós, que eram ilustres, / Sabiam de cavalos, não de livros.» Noutro passo, a filha da mesma dama acrescentaria: «Poetas nunca achei nos nobiliários.»

Efectivamente, se atentarmos na origem social dos poetas setecentistas, vemos avultar os filhos de famílias plebeias (Filinto Elísio, Reis Quita, José Agostinho de Macedo, Xavier de Matos, Correia Garção, etc.), cujos pais desempenhavam profissões modestas ou, quando muito, cargos poucos importantes no funcionalismo público.

A utilização dos criptónimos eruditos pelos membros da Arcádia Lisbonense é um curioso exemplo da tentativa de eliminar as diferenças sociais do nascimento, que os nomes autênticos fariam sobressair.

Ser poeta tenderia, pois, a ser condição não só desacreditada, mas também perigosa, por onde, aliás, passaria a profissionalização dos «homens de letras» — com efeito, não raros elementos desta camada intelectual viviam da escrita, vendo-se por vezes obrigados a encarregarem-se eles mesmos da venda das suas produções. O trabalho de tradutor constituía a habitual actividade complementar destes homens de letras, para os quais o jornalismo não representava ainda o importante meio de profissionalização que viria a ser no século seguinte — na hierarquia intelectual de Setecentos, o jornalista figurava, porventura, vários graus abaixo do próprio poeta (Correia Garção, redactor durante dois anos da *Gazeta de Lisboa*, teria sido caso excepcional entre os poetas). Por outro lado, à semelhança do que observaríamos mais tarde entre os escritores de Oitocentos, alguns autores do século XVIII recorriam já à venda da propriedade das suas obras³, dado que, embora não existisse ainda uma lei geral sobre a propriedade literária, este direito era de certo modo reconhecido em termos da concessão de um privilégio.

Perante a incipiente organização do mercado literário, o sistema de mecenato representava um recurso importante. Grande parte da produção poética era, assim, condicionada pela necessidade de captar os favores de personalidades influentes e tendia, por isso mesmo, a ter um conteúdo e um público contidos em estreitos limites. No entanto, empenhar-se em alcançar os favores dos possíveis mecenas (favores que iam de convites para jantar até à obtenção de cargos burocráticos ou de tenças), tentar promover a venda das suas obras e lançar mão de trabalhos literários menores (traduções) não eram as únicas alternativas que se ofereciam aos poetas setecentistas — as academias ou arcádias representavam uma outra via através da qual tentariam afirmar-se enquanto produtores culturais relativamente independentes. É interessante notar que a fundação da Arcádia Lusitana tenha sido justificada em termos da necessidade de criar uma sociedade de belas-letas paralela à Real Academia de História. Esta última desfrutava de grande prestígio e protecção real — entre outros privilégios, era dotada de imprensa e de rendimentos próprios e isenta de censura; ao tempo da fundação, o rei assistia, por vezes, às sessões, que se realizavam nas salas do Paço para isso cedidas. Tal prestígio e protecção derivavam não somente da qualidade dos seus sócios (grande número destes eram eclesiásticos e tinham o grau de doutor), mas também da missão para que fora criada a Academia — fazer a história eclesiástica e secular do Reino — e da própria natureza e fins da produção em vista — monumento ao serviço da Pátria ou ao serviço da glória do rei, o que, na altura, declaradamente significava o mesmo. Passados mais de trinta anos sobre a fundação da Academia, os poetas da Arcádia, jovens magistrados na sua maioria, associavam-se para empreender a reforma da literatura. A poesia já não era valorizada enquanto uma entre as coisas de *folgar e gentilezas*, como geralmente o fora em Seiscentos (definição do *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende); pretendia-se antes que fosse predominantemente coisa útil e sisuda. Deste modo, os estatutos da Arcádia firmavam-se em exigências de grande rigor, quer quanto

³ A diferente capacidade de negociação dos autores introduzia grandes variações nas quantias obtidas — Nicolau Tolentino venderia a propriedade da sua obra por 4800\$000 réis, enquanto Bocage não lograra obter mais de 48\$000 réis pelo t. I das suas *Rimas*.

à qualidade da produção dos sócios (propunha-se a realização de sessões de crítica e autocritica, que viriam, aliás, a manifestar-se inviáveis...), quer quanto aos objectivos visados (adiantamento das belas-lettras e não ostentação de talentos ou diversão do público). Alguns sócios tinham em vista obter através da Arcádia uma consagração que implicava o efectivar de certas disposições concretas, nomeadamente protecção oficial e dotação de rendimentos próprios, realização de sessões públicas e publicações de obras. Outros não desejavam colocar-se sob uma tutela de tipo mecenático, mesmo que fosse oficial. Mas, mau grado as divergências quanto aos objectivos da Arcádia, ou, antes, quanto aos processos de os atingir, o que ressalta das polémicas dos respectivos membros é a importância que assumia para esta camada intelectual a necessidade de prestigiar uma dada produção literária (poética) e de reivindicar o reconhecimento da sua função social:

[...] que o público [...] nos honre com os soberbos títulos de Bons Compatriotas, Verdadeiros Sábios, Restauradores do Crédito e Glória da Nação ⁴.

Tratava-se de procurar adquirir uma legitimidade que aproximasse os poetas dos estudiosos, ficando, por outro lado, distanciados «os mui eruditos e cortesãos pastores do monte Ménalo» dos «pobres poetas peões» dos botequins ⁵. De qualquer modo, a Academia Real das Ciências, ao retomar mais tarde a vocação erudita da Real Academia de História, incluindo, embora, uma classe de belas-lettras, apenas se ocuparia da poesia nas suas formas passadas, já consagradas pelo decurso da história e, como tal, consideradas capazes de se tornarem material digno da atenção dos estudiosos.

Esta discriminação a que a poesia aparecia subordinada associar-se-ia a um determinado modo de entender a actividade literária e artística no que se referia, por um lado, aos seus objectivos e, por outro, às condições em que devia exercer-se. Relativamente ao primeiro aspecto, tendia a dominar a concepção *utilitária* da cultura veiculada pelo iluminismo, enquanto, no que se refere ao segundo, apareceria como desejável que aquela actividade fosse desempenhada de forma *desinteressada*. Dentro desta óptica, a poesia, para se legitimar, deveria ser útil (e isso repercutir-se-ia nos propósitos de arcades: recuperar a poesia como coisa instrutiva) e o poeta deveria dispor de recursos que o libertassem de converter os seus dons em meio de vida ⁶.

⁴ Correia Garção, *Obras Completas*, introdução de António José Saraiva, Lisboa, ed. Sá da Costa, 1958.

Uma década antes da fundação da Arcádia tinha-se constituído a Academia de Ocultos, em que se reuniam, a coberto do sigilo, um grupo de magistrados que não queriam publicamente confessar-se poetas — a prática poética bem necessitava de se prestigiar...

⁵ As designações entre aspas são de Herculano em «Elogio histórico de Sebastião Xavier Botelho», in *Opúsculos*, t. IX, p. 221.

⁶ Frequentemente, a própria produção poética dos vates pobres correspondia a um desforço da desclassificação a que se encontravam sujeitos — assim, a prática da poesia satírica em Seiscentos e Setecentos era exercida em muitos casos por autores vindos de camadas sociais despromovidas ou marginalizadas (pequena nobreza arruinada, cristãos-novos perseguidos pela Inquisição, estudantes com reduzidos proventos, professores mal pagos, etc.).

Fazer da arte ofício corresponderia a acentuar uma situação desfavorável, pouco gratificante para as camadas de intelectuais e artistas que, mesmo sendo plebeus, se queriam bem distintos das camadas ligadas aos misteres (a este propósito não deixa de ser irónica a sobrevivência do termo *artista*, da antiga para a moderna acepção...). No século XIX vemos, por vezes, a concepção utilitária da cultura e o reconhecimento da profissionalização dos produtores culturais aparecerem conjugadamente — caso dos autores pró-socialistas dos anos 50 que designavam o escritor como «operário da pena e das vontades». Todavia, a velha relutância em considerar a actividade literária e artística como um meio de vida encontraria terreno fértil para se reproduzir em Oitocentos, contando-se entre os elementos do ideário romântico.

O poeta, o escritor e o artista apareciam como seres de excepção cujos esforços criadores «são os que atingem os mistérios, as harmonias do universo [...]; são aqueles com que aspiramos estas perenes encarnações do Verbo que se aspergem sobre a humanidade, transfusas pela inteligência, e que se chamam civilização»⁷. O poeta investido deste *sacerdócio* produzia, pois, algo de elevado e espiritual que se não devia confundir com o trabalho venal e externo. Nesta perspectiva, a literatura — culto e sacerdócio — não podia nem devia ser uma indústria, afirmavam frequentemente os intelectuais do século XIX; ela era criação transbordante que não podia sujeitar-se à disciplina quotidiana exigida pelo profissionalismo. É exemplar a este respeito a reacção de Júlio Dinis aos conselhos de um amigo para que organizasse a sua carreira literária, fazendo-o exclamar:

Como se, desde o momento em que me resolvesse a fazer da literatura modo de vida, eu *ipso facto* me não tornasse incapaz de escrever duas linhas?!⁸

A desmesura, o génio, o que arrancava o poeta ao vulgo, tinha ele de o expiar na Terra:

[...] desde Byron até Dumas, desde Chateaubriand até Louis Blanc, todos tiveram que lutar com um destino miserando, que Deus manda como expiação ao génio⁹.

Sufrimento, pobreza e génio iam constituir uma tríada indispensável à caracterização do poeta segundo o ideal romântico (na hagiografia da

⁷ Herculano, *Opúsculos*, t. II, «Da propriedade literária e da recente convenção com a França — ao visconde de Almeida Garrett», 1851.

Muitos anos depois, Camilo, esforçado profissional das letras, iria repor o problema nestes saborosos termos:

Que haviam eles de fazer, os cantores do céu, senão baixarem aos telhados das secretarias e espreitarem azo de empoleirarem-se no poleiro das pessoas graves, bem jantadas, bem calçadas, bem vestidas e bem acolhidas nos festins dos próceres, onde, hoje em dia, o lacrimoso Tolentino ganharia perna de peru? [Camilo, *Esboços de Apreciações Literárias*, Porto, 1865, p. 208.]

⁸ Citado em Fidelino de Figueiredo, *Notas para Um Idearium Português*.

⁹ Lopes de Mendonça, *Ensaio de Crítica e Literatura*, 1849, cap. VI.

poética nacional, Camões e Bocage seriam postos no altar dos grandes mártires)¹⁰.

Aqueles que mais se aproximavam da situação de profissionais das letras ou das artes seriam precisamente os que mais necessitavam de sublimar a sua actividade invocando ideais de desinteresse material. Expressiam a fé nas artes, «não como minas de ouro, que o não são pelo menos em Portugal», conforme as palavras de Castilho. «mas como passaportes para a imortalidade terrestre, o que é alguma coisa, mesmo em Portugal, e sobretudo, e incontestavelmente, como um interior preservativo de muita corrupção»¹¹. Os casos individuais em que as letras tinham permitido ganhos consideráveis tendiam fatalmente a ser interpretados como casos de traição, ofensivos pelo seu próprio carácter excepcional — Lopes de Mendonça ironizava pela boca do amargo herói das *Memórias de Um Doido*, declarando que «a glória é fazer romances como Sue, em dez volumes, para ser servido de casaca e luva branca; é Vitor Hugo transformando as odes e os dramas em palácios sumptuosos. Quando a glória se não converte em dinheiro, se não reduz a um valor comercial, é uma verdadeira decepção»¹².

2. CRIAÇÃO DE UM PÚBLICO ALARGADO (A IMPRENSA E O TEATRO)

Os casos de intelectuais de outros países como os acima referidos correspondiam, afinal, a uma fase de organização do mercado literário e de criação de novas oportunidades de profissionalização para os homens de letras, na sequência de uma série de transformações nas condições de produção literária que se vinham manifestando ao nível da forma e conteúdo desta, dos meios de a difundir, do estatuto dos produtores e da composição e volume do público. Em Portugal, recuando a Setecentos, assinalámos, atrás, indícios dessas transformações nas tentativas de emancipação dos produtores e de alargamento da difusão das suas obras (caso dos árcades). Muitas das produções dos poetas setecentistas informam-nos também, elas mesmas, sobre o público a que se dirigiam — público restrito, fundamentalmente recrutado dentro de um círculo de relações pessoais, fossem elas relações de dependência (dos autores com os seus patronos à maneira dos poetas cortesãos) ou relações entre pares (dos autores entre si, louvando-se e felicitando-se; dos autores entre si, agredindo-se e hostilizando-se).

¹⁰ «Depois de Camões, Bocage foi o nosso primeiro poeta popular; como Camões, foi pobre, foi criminoso e foi malfadado; adormeceu, como ele, muitas vezes no balçoar das vagas do oceano e, como ele, orvalhou de lágrimas o pão do desterro e veio morrer na Pátria, sobre a enxerga da miséria. Semelhante ao enfermo do Evangelho, passou pela terra abandonada, pobre, nu; mas, como os antigos romeiros trovadores, alegrou ou comoveu os animos das classes não privilegiadas, às quais três séculos tinham feito esquecer que a poesia era também e principalmente para elas.» (Herculano, *Opúsculos*, t. IX, p. 218, «Elogio histórico de Sebastião Xavier Botelho».)

¹¹ Castilho, carta a Assis Rodrigues, director da Academia das Belas-Artes, datada de 1848, publicada por Júlio de Castilho em *Memórias de Castilho*, t. V, p. 112.

¹² Lopes de Mendonça, *Memórias de Um Doido*, cap. XIII.

Aliás, uma das questões que preocupavam os árcades era precisamente a necessidade de assegurar o alargamento do público, libertando-se assim de tutelas mecénáticas — neste sentido proporião voluntaristicamente medidas como a abertura ao público das suas sessões literárias e a impressão em tipografia própria das obras que produzissem.

Faltavam, porém, as condições capazes de permitir efectivamente o desejado alargamento do público, reduzido como era o número dos que sabiam ler e mais reduzido ainda o dos que teriam hábitos de leitura e meios financeiros para aceder a bens culturais que, além do mais, suscitavam a desconfiança e a repressão de uma Igreja e de um Estado todo-poderosos. Deste modo, para a missão social que pretendiam desempenhar, careciam os árcades de uma audiência à medida das suas ambições.

Os *outeiros*, espaço de expressão literária relativamente mais informal e aberto do que as arcádias, sendo um instrumento apreciável para a criação de um público, não logravam, no entanto, que ele deixasse de ser um público restrito. Passatempo privilegiado para as reclusas dos conventos e também praticado em casas fidalgas, os *outeiros*, espécie de torneios literários e musicais, geravam uma produção de circunstância, na linha dos brincos poéticos de corte, frequentemente improvisada a partir de casos anedóticos do momento e de alusões aos presentes — produção, portanto, interiormente articulada àquele público restrito em que simultaneamente encontrava os seus produtores e os seus consumidores.

Seria, todavia, mais heterogéneo o público que frequentava os botequins onde os vates boémios declamavam os seus versos; o público que comprava os folhetos que, nalguns casos, os próprios autores distribuíam pelas ruas. Este tipo de público mais heterogéneo e alargado, antecessor do moderno *grande público*, avolumar-se-ia no século XIX, ao mesmo tempo que o mercado literário se ia desenvolvendo, nomeadamente através da organização do jornalismo e do teatro em moldes empresariais e através do incremento da actividade editorial.

Do conjunto das transformações que encontramos ligadas à comercialização da literatura destacamos aqui as que dizem respeito à relação produtor-consumidor e ao que consideramos uma forma particular desta — a relação mecénática tradicional, em que o consumidor podia ser também, directa e pessoalmente, o promotor, o orientador e o sustentáculo social e económico do produtor.

No Portugal de Oitocentos, a partir da implantação do regime parlamentar representativo, formar-se-ia um novo sistema de mecénato, assente em interesses que requeriam a existência de um público alargado, diferentemente do que acontecia no mecénato tradicional. Este novo sistema estava ligado aos dirigentes dos grupos políticos, prenúncio dos modernos partidos, que necessitavam cada vez mais de dispor de órgãos de expressão próprios, capazes de contribuir para a manutenção e o desenvolvimento das suas clientelas.

A imprensa, cujo impacte sobre a opinião pública as lutas liberais e o exílio tinham ajudado a entender, era um veículo privilegiado para assegurar uma audiência tão larga quanto o permitia a baixa alfabetização do País. De qualquer modo, tornar-se-ia mais fácil para um analfabeto encontrar alguém que lhe lesse um jornal do que alguém que lhe lesse um livro; mais fácil seria também comprar um jornal à volta de 50 réis do que um livro à volta de 300 réis.

Por outro lado, o jornalismo ganhava poder atractivo como instrumento eficaz para adquirir uma reputação e aceder a uma carreira orientada para o Parlamento. No período abrangido neste estudo, dificilmente se encontra algum intelectual que não tenha feito jornalismo, embora, conforme os casos, esta prática possa ter tido diferente peso e continuidade ao longo da respectiva carreira. De um modo geral, a cotação da carreira jornalística subia e a imprensa aparecia como uma via de profissionalização consideravelmente interessante¹³. No entanto, o jornalismo impunha-se sobretudo como actividade propícia à formação de um capital social mobilizável para atingir outros objectivos — no início da carreira, o jornalismo constituía uma espécie de estágio e de reserva onde se cooptava o novo pessoal político; com o passar dos anos, tendia a exercer-se cumulativamente com outras actividades profissionais ou políticas a que, em regra, se subordinava.

Uma marcada dependência da prática jornalística em relação aos grupos políticos e aos seus líderes torná-la-ia alvo frequente de críticas acerbas.

Assim, embora o jornalismo se tivesse validado enquanto via efectiva de profissionalização e houvesse contribuído para criar o público alargado por que há longos anos ansiavam os homens que viviam das letras, ele tornar-se-ia, ao mesmo tempo, uma armadilha em que os intelectuais se viam cair, sujeitos a novas servidões.

Reconhecia-se na imprensa um meio poderoso (*um nobre sacerdócio*) através do qual se podia exercer a função social (*civilizadora*) que já os arcades tinham reivindicado. Afirmava-se entusiasticamente:

Com o auxílio do jornalismo, esse mestre do povo, tão grande, tão maravilhoso, tão infatigável, imenso, que corre ao mesmo tempo a ensinar, a doutrinar para mil partes diferentes — a instrução tem-se popularizado muito¹⁴.

Mas descobria-se a outra face de uma imprensa que, longe de ser «o altar de uma religião», era antes de um lugar de extermínio:

Não há sacerdotes, há lictores; não há intérpretes, há verdugos [...] O adversário, seja qual for, ou dos nossos interesses ou das nossas opiniões, não se avalia pelos actos, mas pela sua posição relativamente a nós [...] A difamação e a calúnia elevam-se à altura de armas de partido. O jornalista pode ser impunemente assassino moral¹⁵.

De certo modo, às passadas guerras dos poetas de Setecentos tinham sobrevivido as guerras dos jornalistas de Oitocentos... Estas manifestavam-se obviamente de forma diferente e numa relação estreita com a esfera política; não obstante, haveria algo de comum entre umas e outras, designadamente a relativa subalternidade na hierarquia intelectual dos

¹³ Fora do domínio do jornalismo político, a colaboração em revistas de divulgação cultural representaria também um papel considerável na carreira de vários intelectuais.

¹⁴ Custódio José Vieira, *A Península*, 1852, n.º 30.

¹⁵ Mendes Leal, «Pedro», in *Teatro*, 1857, p. 72. A mesma concepção exprime-a Herculano quase pelas mesmas palavras em «A imprensa», in *Diário do Governo*, n.º 99, de 27 de Abril de 1838, pp. 415-416.

elementos em luta (poetas e jornalistas) e o carácter predominantemente concorrencial dos conflitos em qualquer das situações.

A partir da vitória liberal, a concorrência no mercado de trabalho intelectual ter-se-ia manifestado com particular dureza — não dispondo de dados quantitativos para o afirmar, podemos presumi-lo através de diversas indicações. Por um lado, a conjuntura política permitiria alargadas expectativas de carreiras atraentes, uma vez que se tornava patente a necessidade de alterar parte do pessoal do aparelho de Estado e de, simultaneamente, recompensar as clientelas saídas da guerra civil¹⁶. Por outro lado, essas clientelas, cuja diversificação se viria a acentuar à medida que se iam definindo as diferentes facções políticas, só poderiam esperar ver satisfeitas as suas expectativas quando as respectivas facções acessem ao poder. Mesmo assim, é de supor que as oportunidades de recrutamento ficassem bastante aquém do número de candidatos, deixando muitas daquelas expectativas frustradas — vão nesse sentido as já aludidas referências aos numerosos *pretendentes* que frequentavam insistentemente as antecâmaras dos ministérios...¹⁷

No novo sistema de mecenato a que aludimos, a função pública, o jornalismo e o incipiente aparelho partidário encontravam-se intimamente articulados, representando uma grande parte das oportunidades que o mercado de trabalho intelectual podia oferecer. A imprensa era utilizada como instrumento eficaz na luta concorrencial, arma poderosa para afirmar ou arruinar reputações. Ao usá-la ao serviço de outrem, o jornalista simultaneamente a si mesmo se mantinha e promovia. «Escrever, pensar para outros — horrível prostituição da inteligência», constituía, no entanto, a escolha viável para muitos que tinham alimentado grandes expectativas e se desesperavam, acusando o destino de não os ter «feito nascer numa terra propícia a animar vocações esperançosas» — queixas frequentes que apareciam formuladas nestes termos pelo herói do já referido romance da juventude de Lopes de Mendonça (*Memórias de Um Doido*), herói que, significativamente, era um poeta-jornalista, sujeito a vender a sua pena a um partido, já que, observava o autor, «o poeta é um hóspede importuno, numa sociedade que se entrega à satisfação dos seus desenfreados apetites e onde a pobreza é um crime e uma vergonha. Deve reduzir-se a repetir algumas frases de sentimento, moeda falsa que é aceite como é oferecida, sem crença nem entusiasmo»¹⁸.

O homem de letras oitocentista não denunciava a sua dependência apenas em relação ao mecenato político, mas também a uma entidade que começava a constituir-se — «o grande público» — e a obrigar os autores e defrontar-se com problemas que, se não eram inteiramente novos, iam

¹⁶ Já por altura do cerco do Porto, D. Pedro distribuía empregos para se assegurar do apoio das suas clientelas; Garrett comentava: «[...] importava pouco se o homem convinha ao emprego ou o emprego ao homem», antes se escolhia quem jurasse «defender a facção, pregar suas doutrinas, fazer guerra mortal de calúnias, de injúrias, de infâmias a quantos não fossem do grémio — quem assim fizesse», acrescentava, «ficava constituído dignitário *in partibus* de tal emprego, de tal honra, em tal sítio que os nossos soldados e voluntários haviam de conquistar» (*O Português Constitucional*, n.º 1, de 2 de Julho de 1836).

¹⁷ No jornal *O Artilheiro* (n.º 22), o redactor José de Sousa Bandeira parodiava: «Uma nação de empregados / É Portugal? Certamente / Até D. Miguel do trono / De D. Maria é pretendente.» (Reproduzido em Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, p. 35.)

¹⁸ Lopes de Mendonça, *Memórias de Um Doido*, Lisboa, 1849, cap. IX.

pelo menos assumir uma nova magnitude. Estoutra forma de dependência passava também, em grande parte, pela imprensa, onde atingiria um novo tipo de profissional de letras, o autor de folhetins, mas era porventura ainda mais patente no caso de um outro profissional de letras, o dramaturgo, uma vez que o teatro tornava mais espectaculares e imediatos os sucessos e insucessos.

O desenvolvimento do teatro, ou, mais precisamente, a sua generalização enquanto empresa comercial, seria acompanhado pelo acentuar da heterogeneidade do público e, conseqüentemente, das descoincidências de gosto entre as diferentes fracções que o compunham. Uma das fracções correspondia, *grosso modo*, ao antigo público restrito dos teatros privados, público composto pelas personalidades mais ou menos influentes que contribuíam para a legitimação dos autores e pelos próprios pares destes. Se os teatrinhos particulares continuavam a ser mantidos por meia dúzia de famílias de aristocratas liberalizados ou de liberais aristocratizados e a ser animados por aquele tipo de público, seria, contudo, nas salas comerciais que o teatro reencontrava cada vez mais o seu espaço, perante um público em que se impunha uma fracção mais larga constituída por espectadores anónimos, indispensáveis para encher a casa. Os sucessos de bilheteira eram frequentemente depreciados pela fracção restrita, enquanto, por seu lado, as peças que esta distinguia muitas vezes não atraíam a fracção alargada. Os intelectuais lamentavam que o grande público, «num país tão pouco dado às letras», nem sempre fosse «bom juiz dos esforços conscienciosos do poeta» — «Lançassem o *Frei Luís de Sousa* sem declaração prévia no meio da sociedade presente: pensais porventura que a multidão iliterata saberia compreendê-lo?», perguntava Lopes de Mendonça, para logo responder: «Preferia cem vezes a *Sensibilidade no Crime* ou, quando muito, *As Ruínas de Vandermont* ou a *Estalagem da Virgem*.»¹⁹ Mais tarde, Júlio César Machado evocaria uma anedota que confirmava esta opinião de Lopes de Mendonça — numa sala quase vazia, quando se representava o *Frei Luís de Sousa*, «um espectador dizia ao guarda sonolento, ‘Isto hoje é uma sinecura, ó camaradinha! Não há riscos de desordem em noites de Frei Luís’»²⁰.

O próprio Garrett, tão empenhado na reforma do teatro, escrevera desanimado:

O teatro é um grande meio de civilização, mas não prospera onde não a há. Não têm procura os seus produtos enquanto o gosto não forma os hábitos e com eles a necessidade²¹.

Havia, porém, uma considerável procura para um certo tipo de produto em que se sobrevalorizava o aparato, os grandes efeitos cénicos e os estimulantes violentos capazes de seduzir esse grande público pouco cultivado, pouco atento ao texto («[...] estará na moda a pompa dos espectáculos porque o povo, indiferente aos voos do talento, que nem sequer segue nem entende, prefere o encanto dos sentidos?», interrogava-se o redactor de um jornal de teatro²²).

¹⁹ Lopes de Mendonça, *Ensaio de Crítica e Literatura*, 1849, p. 48.

²⁰ Júlio César Machado, «Influência amorosa de Frei Luís de Sousa», in *Diário de Notícias*, 1884, reproduzido n' *O Conimbricense*, n.º 5712, 1902.

²¹ Garrett, *Um Auto de Gil Vicente*, prefácio, ed. de 1841.

²² *O Espectador — Jornal dos Teatros e das Filarmónicas* de 2 de Maio de 1851.

Satisfazer os gostos deste público ou ser repellido pelos empresários teatrais, eis o dilema a que ficava sujeito o dramaturgo. O teatro tornar-se-ia, pois, à semelhança da imprensa, alvo de entusiásticos elogios como elemento civilizador e, ao mesmo tempo, de severas acusações como instrumento de corrupção — escola de bom gosto «para a civilização e aperfeiçoamento moral da Nação»²³... «puro veneno para os bons costumes, para o siso, para a decência, para a moral pública»²⁴...

De qualquer modo, o teatro constituía um importante pólo de atracção para os homens de letras pela popularidade e acesso ao meio intelectual urbano a que dava lugar, particularmente depois da criação do Conservatório, onde, em redor de Garrett, Herculano e Castilho, se reuniam numerosos jovens discípulos, candidatos aos concursos e prémios nessa altura instituídos.

Para além disso, o teatro não deixava de ser também uma fonte de dividendos — ganhava-se algum dinheiro escrevendo não apenas obras originais, mas adaptações e traduções, feitas, nalguns casos, por escribas anónimos, mas, noutros, por escritores já com certo renome, como Mendes Leal, Rebelo da Silva ou Júlio César Machado.

Tal como acontecia com os romancistas, os dramaturgos igualmente encontravam na imprensa um veículo capaz de aumentar a rendabilidade do seu produto, quer proporcionando a própria publicação deste (tal era o objectivo específico de certos jornais de teatro), quer, sobretudo, servindo-lhe de suporte publicitário, umas vezes de forma intencional mais ou menos explícita (é de notar que grande número dos jornais da especialidade eram sustentados por empresários teatrais), outras vezes indirectamente, através dos comentários da crítica.

3. A CRÍTICA NA SUA FUNÇÃO DE CONTROLO DO MERCADO INTELECTUAL

A crítica literária fazia-se, na generalidade, em jornais e revistas e cumpria predominantemente uma função de lançamento de novas obras, em termos que poderemos designar de publicidade nobre. O facto de a actividade literária e o exercício da crítica serem, quase sempre, cumulativamente praticados contribuiria para alimentar uma crítica de camarilha cujos elementos reciprocamente se protegiam, fechando-se a ver qualquer coisa «de notável ou sequer de esperançoso, além dos horizontes desse mundo criado pelos hábitos de conveniência ou pelos laços de amizade», como escrevia Andrade Ferreira (jornalista que muito se ocupou com a crítica literária e artística) nos meados de Oitocentos, acrescentando a propósito uma observação de Scribe:

Nous sommes une douzaine d'amis intimes, qui nous portons, qui nous soutenons, qui nous admirons, une société par admiration mutuelle²⁵.

²³ Decreto de Passos Manuel de 28 de Setembro de 1836, publicado no *Diário do Governo* de 29 de Setembro de 1836.

²⁴ Mendes Leal, *Revista da Universidade de Lisboa*, t. II, 1843, p. 57.

²⁵ J. M. Andrade Ferreira, *Literatura, Música e Belas Artes*, 1871, compilação de artigos anteriormente publicados em jornais e revistas, em particular na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*.

Na devida altura haviam de dar prova da sua rendabilidade os investimentos feitos a partir do capital social que a pertença às *sociedades de elogio mútuo* permitia acumular:

Se conheceis os redactores ou os amigos dos redactores, eles imprimirão o elogio que lhes houverdes escrito do vosso livro, embora vazio de todo o género de merecimento. Se vos aborrecem, ou se não sois da sua cor política, ainda que óptimo seja, enterrar-vos-lo-ão à nascença, e sem baptismo. Se lhes sois desconhecido ou indiferente, por melhor ou pior que hajais escrito, passareis tão sem castigo nem prémio, como se nada houvésseis feito²⁶.

Os compadrios, as sociedades de elogio mútuo em que informalmente se envolviam os intelectuais implicavam relações de dependência e uma certa hierarquia, não só entre os vários indivíduos dentro de cada círculo, mas também entre os vários círculos. Assim, o facto de um círculo se situar na capital representava, considerando idênticas as restantes condições, um factor de supremacia daquele círculo em relação aos de outros lugares. Contudo, há que abrir um parêntese para lembrar que a hegemonia da *intelligentsia* instalada em Lisboa só terá começado a ganhar maior relevo nos fins da primeira metade do século XIX, à medida que as funções de dominação tendiam a exercer-se de acordo com uma óptica centralizadora, tornando-se a capital cada vez mais a cabeça do País.

Dentro do campo de produção literária, a crítica era precisamente um dos meios por que se manifestava a hegemonia da *intelligentsia* com sede na capital, um dos meios por que ela tentava subordinar ou mesmo excluir os elementos externos. O já citado Andrade Ferreira denunciava a crítica feita nos círculos lisboetas como um compadrio que não saía «dos muros da capital» e Camilo contava como entre os escritores do Norte se propagara a ideia de que em Lisboa, «viveiro e alcáçar dos potentados da inteligência, alguns escritores se haviam acamarado e estatuído que uns aos outros se elogiariam, de modo que, fora do seu círculo, nenhum talento pudesse vingar e nenhuma imprensa desse notícia dele ao mundo»²⁷.

Omitido por Biester (um dos alegados sócios do *elogio mútuo* lisboeta) na *Viagem pela Literatura Contemporânea*, publicada em 1856, o próprio Camilo contava como tinha então justificado o esquecimento, dizendo-se que «nenhum escritor lisbonense achava praticável o absurdo de haver homem no Porto ou do Porto que escrevesse livros legíveis e, demais a mais, louváveis», e comentava irónico:

Acreditava aqui [em Lisboa] ninguém que lá, daquelas serras do Norte pudesse vir coisa boa, a não ser vinho e presuntos? O Porto havia mandado a Lisboa mais alguma coisa, assim uma coisa insignificante como a liberdade, mas essa remessa fora uma dádiva atirada, por sobre toda a Monarquia, com pulso de ferro; e pulso de ferro é ideia muito material, quase a antítese de adelgaçamento de intelecto²⁸.

²⁶ Castilho, «Prólogo à tradução do *Judeu Errante*, de Sue, por Adriano e José Castilho» (Julho de 1844), in *Vivos e Mortos — Apreciações Morais, Literárias e Artísticas*, ed. de 1904.

²⁷ Camilo Castelo Branco, *Esboços de Apreciações Literárias*, 1865, p. 179.

²⁸ Id., *ibid.*, p. 180.

No entanto, viria a desmentir aquela ideia ao descrever a calorosa recepção que, no começo dos anos 60, lhe fora feita em Lisboa, particularmente por Biester. Os escritores do Norte («rabiscadores provinciais», chamava-lhes Latino Coelho) teriam exagerado... A verdade é que Camilo, por altura desta última estada em Lisboa, constituía um caso muito especial, não só por ser já um autor com renome, mas, sobretudo, pelas circunstâncias que rodearam a sua instalação na capital, lugar de recomeço de vida, onde viera também acolher-se a sua companheira Ana Plácido, depois de ambos terem saído da prisão, onde o adultério os conduziu. Camilo aparecia aos seus companheiros de letras como a encarnação do herói romântico, desventurado e perseguido: «Dir-se-ia um herói de romance, um homem diferente dos outros homens», escrevia J. C. Machado, que o conhecera anos antes, quando «ainda era feliz ou parecia sê-lo», e o retratava agora abatido, pálido, «contemplando o mundo exterior com o eloquente desdém que a experiência dá. Atirado na onda amarga em que a sociedade expõe de si os poetas, medrosa deles [...]»; e Machado completava assim o retrato do escritor-herói romântico:

[...] a tristeza, que podia haver-lhe dado a morte, deu-lhe desde moço a ironia. Há o que quer que seja de satânico num epigrama dele, e têm tido sempre grandeza as ousadias da sua revolta [...] Qual é, por fim de tudo, o grande defeito deste homem? O amor! O doce e abençoado defeito dos poetas²⁹.

Vários homens de letras da capital o apoiaram efectivamente, anunciando-lhe os novos escritos na imprensa, levando-lhe à cena algumas peças, encaminhando-lhe os romances para o editor António Maria Pereira³⁰. Era, enfim, uma situação bem diversa da que ocorrera dez anos atrás, quando Herculano se referia a um Camilo desconhecido que ousara entrar na polémica sobre *Eu e o Clero* — «Dizem-me que [o folheto *O Clero e o Sr. Herculano*] é de um mancebo principiante. Revela, sem dúvida, algum talento no autor. Com o tempo, e estudando, este pode vir a ser um escritor sofrível»³¹; quando Lopes de Mendonça aludia de passagem ao aparecimento do romance *Anátema*, deixando por cumprir a promessa de voltar a ocupar-se dele mais detidamente; quando Silva Túlio, envolvido numa cáustica polémica com Camilo, o designava sobranceiramente como «um poeta noviço», «um senhor lá do Porto que diz chamar-se Camilo Castelo Branco»³². Entretanto, uma vez admitido pelo círculo lisboeta de elogio mútuo, Camilo consideraria absurda a crítica dos seus comprouvianos e de alguns jovens lisboetas no início da carreira literária, «rapazes jeitosos que ainda estão na madre a sorverem o cordão umbilical dos seus compêndios escolares e já querem que a gente os veja com a cabeça por aí acima a topetarem com as nuvens!» Quanto aos consagrados (assinala os nomes de Castilho, Mendes Leal, Herculano, Rebelo da Silva), perguntava, não isento de veneração: «Quem teria o

²⁹ J. C. Machado, *Aquele Tempo*, p. 270.

³⁰ Alberto Pimentel, *O Romance do Romancista*, prefácio e notas de Alexandre Cabral, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, L.^{da}, 1974, p. 476, nota 44.

³¹ Alexandre Cabral, *As Polémicas de Camilo*, vol. III, pp. 273 e segs.

³² Id., *ibid.*, p. 182.

descoco de molestar-se dos elogios mútuos destes nomes, se eles se elogiasssem?»³³

Na verdade, a crítica, uma das formas de expressão do compadrio, desempenhava a sua função de controlo do mercado intelectual não só no domínio especificamente literário, mas também no da sociedade política, sujeitos ambos os domínios ao princípio do favor, que ia actuando em contradição com as tão proclamadas pretensões de uma selectividade assente na eficácia e na competência.

Polémicas literárias e polémicas políticas inundavam os jornais e revistas oitocentistas e sob elas estendia-se toda uma rede de relações de apoio e solidariedade, sustentáculo das carreiras literárias e políticas de uns contra as de outros. Naturalmente, muitas das polémicas não se esgotariam nesta função — destacamo-la aqui pela sua particular importância no que respeita ao problema da concorrência no mercado de trabalho intelectual.

4. A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS INTELECTUAIS E A SUA SUBORDINAÇÃO À ESFERA POLÍTICA

Para a caracterização do mercado de trabalho intelectual há que ter presente dois factores — um deles consiste na já referida hegemonia da *intelligentsia* da capital.

Grande número dos intelectuais do nosso conjunto tinha em Lisboa significativos laços da sua rede de apoio — porque Lisboa fora o lugar do seu nascimento, ou o lugar da sua formação, ou, ainda, o lugar de exercício da sua actividade profissional, pelo menos de uma parcela dessa actividade, a que, de resto, correspondia, em regra, um período de maturidade ou de reconhecimento público no decurso da respectiva carreira. Lisboa era o pólo de atracção de uma *intelligentsia* para a qual, contudo, não deixa de se verificar uma elevada mobilidade geográfica. Envolvidos nas sucessivas movimentações político-militares em que foi fértil a primeira metade do século XIX, muitos elementos dessa *intelligentsia* circulavam frequentemente pelo País para desempenhar diferentes funções na burocracia civil ou militar, para prestar serviços políticos, para combater em campanhas várias. Mas a capital era um ponto obrigatório, mau grado essas deambulações — em Lisboa cumpria-se uma ou mais legislaturas e tomava-se posse de uma ou mais pastas governamentais; em Lisboa frequentavam-se os círculos literários, artísticos e de *bom-tom* mais reputados e brilhava-se nos clubes políticos de maior influência; em Lisboa ficava-se também, muitas vezes, à espera que qualquer destas coisas acontecesse um dia...

O outro factor a não perder de vista para a caracterização do mercado de trabalho intelectual consiste na sua reduzida diferenciação, sendo que homens de letras, burocratas e militares constituíam categorias as mais das vezes sobrepostas e subordinadas à prática política.

Esta característica era reforçada pela igualmente reduzida diferenciação do mercado de consumo cultural — por exemplo, vimos atrás como se tornava necessário o suporte da imprensa para veicular certos géneros

³³ Camilo Castelo Branco, *Esboços de Apreciações Literárias*, 1865, p. 181.

literários, designadamente o romance, que autonomamente teriam baixa rendabilidade.

Em suma, a profissionalização do homem de letras era, regra geral, levada a cabo cumulativamente com o exercício de outras actividades intelectuais, ao mesmo tempo que, pelo menos a partir do segundo quartel de Oitocentos, a produção intelectual tendia a ser acentuadamente polígrafa (a enumeração das obras da maioria dos autores oitocentistas ilustraria a variedade da produção de cada um, incluindo poesia, teatro, romance, jornalismo político, literário e artístico, discursos parlamentares, projectos e pareceres técnicos, obras didácticas, estudos históricos, etc.).

A actividade literária encontrava-se associada ao exercício de outras actividades, nomeadamente actividades paralelas (tradutor, tipógrafo, editor), cargos burocráticos ou políticos e profissões liberais, podendo a primeira, conforme os casos, constituir-se enquanto prática principal ou secundária. Quando estavam em causa posições de destaque em que a actividade cultural e o serviço político tendiam a confundir-se, a prática literária ficava normalmente subalternizada. A. de Serpa Pimentel deplorava que, como ministro, não lhe sobrasse tempo senão para se ocupar dos negócios da política e da Administração; reconhecendo-se desactualizado em relação ao movimento literário e científico, aproveitava para ler e escrever nos períodos em que se encontrava afastado daquelas funções (escreveu *Alexandre Herculano e o Seu Tempo* e *Questões de Política Positiva* durante dois ministérios de que não fez parte)³⁴. Aliás, este mesmo problema teria começado a colocar-se-lhe no início da sua carreira política, quando Lopes de Mendonça o qualificava, nas *Memórias da Literatura Contemporânea*, como um jornalista político notável, lamentando, contudo, que as exigências dessa actividade o tivessem afastado do cultivo da poesia e da crítica literária. E não só a sua actividade literária se ressentia, mas também a sua prática docente fora sacrificada, pouco serviço prestando na Escola Politécnica, onde era lente de Matemática, ora porque chamado a desempenhar comissões de serviço público, ora porque absorvido pelas tarefas ministeriais.

Os intelectuais de Oitocentos encontravam-se, na sua quase totalidade, ligados ao aparelho de Estado, muitos deles ocupando altos cargos públicos (deputados, ministros, oficiais superiores). Esta ligação ao aparelho de Estado fazia-se segundo várias modalidades — participação em comissões para serviço de consultoria e elaboração de projectos de reforma (por exemplo, as comissões para traçar o plano geral do ensino público ou para rever os Códigos Penal, Comercial e Civil, em que figuraram nomes como os de Garrett, Mouzinho, Herculano, Ferrer, Seabra); desempenho de missões especiais (como a missão extraordinária de Garrett junto às cortes de Londres, Paris e Madrid em 1833); exercício de cargos no executivo ou na representação parlamentar.

Quanto a esta última modalidade, é de notar que os poucos intelectuais que não a exerceram vinham de famílias socialmente desfavorecidas, sendo indivíduos, em regra, sem curso universitário, ocupando cargos modestos no funcionalismo público e desenvolvendo uma prática literária relativamente descomprometida em relação às demandas políticas³⁵. Curio-

³⁴ Bulhão Pato, *Memórias — Cenas de Infância e Homens de Letras*, 1894, vol. II, «Carta autobiográfica de A. de Serpa Pimentel», pp. 345, 359 e 360.

³⁵ Afirmações como estas resultam da análise de um conjunto de 60 intelectuais, base de trabalho de um projecto em curso.

samente, entre os produtos dessa prática apareciam com frequência memórias ou apontamentos biográficos sobre personalidades que, em muitos casos, se situavam nos topos da hierarquia intelectual, de que assim se aproximavam aqueles intelectuais menores, mediante um processo de auto-consagração por reflexo...

No que respeita aos intelectuais que figuravam na representação parlamentar, grande número deles viriam também a desempenhar funções de ministro. Entre os percursos que conduziam a este cargo, os mais frequentes implicavam a passagem prévia pela carreira da magistratura ou pela carreira docente (privilegiadamente na Universidade), a que se associava a eleição para deputado numa ou mais legislaturas.

A pasta de ministro da Presidência reservava-se quase sempre para os grandes — os duques de Loulé, Palmela, Terceira e Saldanha. Não raro um ministro acumulava duas ou três pastas — geralmente apareciam acumuladas a pasta da Presidência com a dos Estrangeiros; a da Guerra com a da Marinha; a do Reino com a da Fazenda ou com a da Justiça — no primeiro caso avultavam os representantes da grande nobreza, no segundo os oficiais superiores das Forças Armadas e no último os magistrados.

Muitos dos elementos que desempenhavam funções ministeriais seriam, uma vez cessado o seu exercício, nomeados para o lugar vitalício de conselheiros de Estado ou distinguidos como pares do Reino. A natureza desta última distinção alterara-se após a vitória liberal — a entrada na Câmara dos Pares, na medida em que tinha deixado de ser um privilégio de nascimento, permitia recompensar com os arminhos os serviços políticos de certos indivíduos que não eram «grandes senhores da propriedade» nem «altos representantes do clero», ao mesmo tempo que, a outro nível, assegurava o alargamento da representação da classe burguesa ou, antes, de algumas das suas fracções, minando assim as tentativas de hegemonia política da antiga classe dominante.

O conde do Lavradio, destacado membro daquela Câmara, insurgia-se contra as *fornadas* de pares, considerando que elas tinham alterado por completo «a ideia do legislador, transformando a Câmara dos Pares numa segunda Câmara partidária e tirando-lhe a independência necessária ao seu regular funcionamento [...] Sobretudo depois da abolição dos vínculos, destruída a razão de ser da hereditariedade», observava o conde, que a entrada naquela Câmara ficava a depender «da simpatia dos chefes políticos, que assim recompensavam serviços prestados ao partido»³⁶.

Durante a ditadura de Costa Cabral, os processos autoritários por que se procurava garantir a centralização do poder tornaram demasiado escandaloso o exercício do mecenato político. Costa Cabral assegurara a maioria na Câmara dos Pares através das famosas *fornadas*³⁷ e conquistara-a para a Câmara dos Deputados viciando as eleições em 1845 mais do que era consentido pelas regras de jogo, elas mesmas já pouco escrupulosas habitualmente. Mais do que nunca, transferiram-se juizes e militares e demitiram-se funcionários — pelo Decreto de 1 de Agosto de 1844, os intelectuais, de sujeitos aos dirigentes partidários passavam também a

³⁶ *Memórias do Conde do Lavradio*, 2.ª parte, vol. III, pp. 196 e 197.

³⁷ Durante o seu *proconsulado* e no regresso ao poder, em 1849, Costa Cabral pedira e obtivera da Coroa três *fornadas* de pares, perfazendo o número de 53 numa Câmara que contava pouco mais de 100, conforme relatava o conde do Lavradio (*op. cit.*, vol. III, p. 287).

ficar na dependência do poder central. O decreto declarava nos seus preâmbulos:

Do favor concedido aos juizes, aos militares e aos professores em várias leis esperava-se grande bem público; o bem público, porém, tem sido muitas vezes menosprezado, e aquele favor tem, por abuso, degenerado em princípio de desmoralização [...] *Uma das primeiras obrigações do Governo é conter os diferentes servidores do Estado dentro dos limites das suas atribuições e evitar que se convertam em fracções* [sublinhados nossos], ou desenvolvam uma ambição desmedida, e quase sempre criminosa, com desprezo do desempenho das suas próprias ocupações públicas³⁸.

O Governo determinava, pois, que os juizes, os militares (oficiais do Exército, Armada e Guarda Municipal de Lisboa e Porto) e os professores (dos três graus de ensino) podiam ser, respectivamente, mudados de Relação, agregados e exonerados do magistério *quando o serviço público o exigisse*. Na dura campanha eleitoral de 1845, a coligação oposicionista fazia distribuir manifestos onde enumerava os erros do Governo, destacando «a degradação da nobre classe da officialidade do Exército, que, ao menor capricho dos superiores, perde num momento as vantagens e direitos que em longos anos de serviço havia ganho sobre o campo de honra; o aviltamento do poder judicial, que, sendo pela Carta tão independente como é o executivo, se vê hoje algemado ao capricho do Ministério; e, finalmente, o desprezo da distinta classe dos professores, os quais, de independentes que eram, se acham hoje reduzidos à triste condição de escravos, sujeitos a perder num momento o fruto de assíduos trabalhos e vigílias em dilatados anos de estudo»³⁹.

De um modo geral, era recorrente entre os intelectuais a denúncia da dependência em que se encontravam em relação ao favor público, embora o reconhecimento deste facto se manifestasse com especial vigor quando eram os adversários que estavam do lado do poder... Assinalava-se essa dependência relativamente à forma de recrutamento da *élite* intelectual e burocrática, e bem assim à sua expulsão, e insistia-se na necessidade de sanear o sistema, não deixando, no entanto, de levar em conta, realisticamente, a necessidade de garantir apoios políticos — durante a administração Cabral, nas páginas d'*A Revolução de Setembro*, reconhecia-se que, ao escolher os homens para o serviço público, se deviam considerar «as relações de consanguinidade política», mas «não se lhes podia sacrificar o bem do País sem a pecha do nepotismo» e reclamava-se:

Parcimónia no exercício do direito demissório — limitação aos casos de incapacidade — de confiança — de excessos cometidos no reinado do arbítrio — e restituição a demitidos por causas meramente políticas — condenação formal da política, que distribui empregos para ganhar amigos [...], que não se dêem empregos sem habilitações⁴⁰.

³⁸ Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, Lisboa, 1874, t. IX, p. 202.

³⁹ *Memórias do Conde do Lavradio*, 2.^a parte, vol. III, p. 198.

⁴⁰ *A Revolução de Setembro* de 2 de Outubro de 1843, n.º 846 (o já citado programa político redigido por Garrett).

O favor político, sobretudo exercido sem discrição, era uma norma perigosa na medida em que vencedores e vencidos trocavam frequentemente de papéis, alternando-se as recompensas com as represálias. Assim, envolvidos embora com os grupos dirigentes, ligados a fracções partidárias e ocupando cargos parlamentares e postos na Administração, os intelectuais esforçar-se-iam por criar condições que lhes permitissem ficar menos sujeitos à dependência das instâncias políticas. Neste sentido, é significativa a declaração sobre a *neutralidade literária* lida no Grémio Literário e publicada a seguir n' *A Revolução de Setembro* (5 de Setembro de 1846), cujo texto, da autoria de Garrett, nos revela três desideratos — autonomia do intelectual enquanto produtor cultural, direito ao livre exercício da sua prática específica e segurança de emprego quando no exercício dessa prática. O primeiro desiderato partia do reconhecimento da necessidade de restabelecer a *unidade e indivisibilidade da república das letras*. Definia-se um ciclo iniciado por um estágio em que a Igreja era o sustentáculo do *espírito de corpo* de uma *intelligentsia* integrando elementos de diferentes origens sociais e diferentes países:

Nascidos no grémio maternal do catolicismo, a ciência, a literatura, a arte cristã, tinham o mesmo pensamento sublime, regenerador, grande e divino — o de unir os homens pelos vínculos intelectuais e morais, de os fazer marchar ombro a ombro na estrada do aperfeiçoamento e da civilização ⁴¹.

Seguia-se a indicação de um outro estágio em que se rompia aquela unidade — «do cisma na república católica nasceu o cisma na república literária.» Às divisões religiosas viriam suceder-se as divisões políticas:

Daquelas veio a reforma da governação da Igreja, destas a reforma dos governos do Estado.

Concluía-se que, estando quase efectivadas tanto uma como outra das reformas, o ciclo estaria prestes a encerrar-se pelo retorno à unidade:

Demos, pois, nós, por nossa parte, o primeiro passo neste caminho, que é destruir, dentro dos nossos limites, todas essas mesquinhas divisões de seita. Seja a profissão e os professores das letras sagradas para os partidos.

Passava-se a esclarecer este pensamento de unidade, o que implicava a delimitação do campo da desejada autonomia intelectual:

Certo, não podemos querer que os homens de letras se evadam às obrigações e abdicuem os direitos que têm no Estado [...] É diverso o pensamento de unidade, que nos parece ainda melhor chamar-lhe assim, do que neutralidade literária. Consiste em que, tanto nos jornais como em quaisquer outras publicações, em todo o ponto de arte, de ciência, de literatura, trabalhem promiscuamente todos, sem distinção

⁴¹ Esta e as seguintes citações da declaração sobre a neutralidade literária foram recolhidas em Gomes de Amorim, *Memórias de Garrett*, t. III, pp. 209-211.

de cor política, ainda que sejam políticos, e do mais oposto à pessoa que escreva.

Para que assim viesse a ser reconhecido o livre exercício da profissão de letras, propunham os subscritores do texto que se elaborasse «uma declaração solene feita e assinada neste Grémio [o Grémio Literário] por todas as pessoas mais notáveis e influentes de todos os partidos».

Uma outra medida ainda se recomendava para atingir o último desiderato — «que se faça um requerimento às Cortes, assinado pelo maior número de assinaturas, e mais respeitáveis que se possa conseguir», pedindo uma lei pela qual «todo o emprego e encargo literário, ou quase literário, se declare inamovível para que não venha desunir a cobiça o que a generosidade se esforça a ligar».

De certo modo, a conjuntura política era então favorável ao desenvolvimento desta temática da unidade literária, coligados como se encontravam os vários grupos partidários (setembristas, cartistas puros, legitimistas) na luta contra os cabralistas. Aliás, as administrações de Costa Cabral conduziram, em vários momentos, à movimentação dos intelectuais enquanto categoria social distinta; assim acontecera designadamente quando da promulgação do já referido decreto de 1844, assim voltaria a acontecer quando da apresentação do projecto de lei relativo à imprensa de 1 de Fevereiro de 1850. A 18 do mesmo mês, o projecto era contestado no famoso «protesto dos sessenta», abaixo-assinado dos «homens de letras, autores e jornalistas de Lisboa», ao que parece redigido por Garrett e Herculano ⁴². Seguir-se-ia uma declaração dos intelectuais do Porto aderindo ao protesto. Na Universidade de Coimbra, os estudantes redigiram um documento de rejeição e o corpo docente enviou uma representação à Câmara dos Pares, onde o projecto ia ser discutido depois de já aprovado na Câmara dos Deputados.

Os docentes reivindicavam a autonomia da Universidade («Todas as vezes, dignos pares, que a política, em épocas vertiginosas, tem querido intervir no movimento interior das ciências ou levar os governos a desconhecer as indispensáveis condições de ensino — independência e liberdade —, as universidades têm sempre defendido estas garantias, representando com decência e energia») ⁴³, condenavam um projecto de lei que ia impedir a livre expressão das opiniões («[...] opõe-se à natureza da convicção, pretendendo inutilmente forçar os espíritos a admitir como princípios doutrinas que não são livremente discutidas e evidentemente demonstradas, e corta as asas ao génio, para não poder elevar-se a um estado mais perfeito da ciência do que aquela que lhe prescreve a lei, aterrando os professores com medo das penas») ⁴⁴ e, ao mesmo tempo, não deixavam de afirmar a sua neutralidade política enquanto professores («Quaisquer que sejam as opiniões políticas individuais dos professores da Universidade abaixo-assinados, nunca eles, nem os outros seus colegas, fizeram, nem jamais farão uso delas nas aulas; porque todos compreendem que as suas cadeiras não são tribunas das Câmaras e que a política deve sempre ficar fora do templo sagrado da instrução pública») ⁴⁵.

⁴² Gomes de Amorim, *op. cit.*, t. III, p. 271.

⁴³ *O Conimbricense*, n.º 5022, 1895.

⁴⁴ *Ibid.*, id.

⁴⁵ *Ibid.*, id.

O projecto acabaria por resultar em lei (Lei de 3 de Agosto de 1850); mau grado isso, o movimento desencadeado conseguiria que ao «tribunal especial da imprensa», proposto inicialmente, se sobrepusesse, quando da redacção da lei, um conselho de jurados que viria a conseguir actuar com uma relativa independência em relação às pressões governamentais. O marquês de Fronteira, um dos importantes apoios de Costa Cabral, observava contristado:

A lei repressiva da liberdade da imprensa é zero. As multas nada importavam: os clubes revolucionários pagavam-nas com toda a facilidade. Além disto, contavam com os jurados para a absolvição; o caso da condenação era completamente indiferente, tirando sempre a vantagem do escândalo na discussão, no que eles eram fortes ⁴⁶.

Reacções como as que temos vindo a assinalar implicavam uma espécie de solidariedade de casta que, neste período atravessado pelas lutas da Patuleia, ligava entre si intelectuais com diferentes filiações político-partidárias, mas com uma característica comum — constituírem clientelas políticas insatisfeitas.

Uma considerável homogeneidade pode, assim, encontrar-se como nota dominante do comportamento de grande parte da *intelligentsia*, que procurava ultrapassar as condições pouco favoráveis com que a sua prática específica se defrontava (concorrência, dificuldade de acessos, rarefacção de oportunidades fora do sector burocrático). Vemo-la, pois, envolver-se numa luta colectiva mais vasta, proclamar objectivos revolucionários, combater por uma mudança onde, porventura, pudesse criar-se um novo espaço favorável à concretização das suas aspirações de produtores ou portadores de cultura.

Curiosamente, num período em que o empenhamento político dos intelectuais assumia uma dimensão quase tão espectacular como nos tempos das lutas liberais, afirmava-se insistentemente toda uma ideologia de autonomia perante o poder (ideal de meritocracia e de neutralidade intelectual), expressão, afinal, dos esforços da *intelligentsia* para se dotar de uma eficácia política.

Até certo ponto, o movimento da Regeneração viria dar uma resposta às aspirações dessas clientelas insatisfeitas, na medida em que modificava a composição do pessoal político, cujo recrutamento alargava no sentido do pluralismo partidário. Apaziguavam-se descontentamentos, neutralizavam-se comportamentos radicais; as dissensões políticas eram denunciadas como um estorvo para a resolução dos problemas que afligiam o País — n' *A Revolução de Setembro* (14 de Setembro de 1852) podia ler-se:

Não sabemos o que hoje são progressistas moderados ou progressistas exaltados. Sabemos o que nós queremos e aquilo que o País pensa. Queremos a maior parcimónia, a abstenção nas questões políticas, e a maior exaltação e entusiasmo nas questões económicas e administrativas [...] A nossa divisa é o progresso. Quem o realiza é para nós um bom cidadão e um bom ministro. O passado é de

⁴⁶ *Memórias do Marquês de Fronteira*, partes 7.^a e 8.^a, p. 320.

muita miséria e de muito mau governo. Quem o quer ressuscitar não é progressista, é conservador ou retrógado.

Todavia, para além dos efeitos que as diferentes conjunturas políticas provocavam, alterando as posições dos vários grupos de intelectuais no respectivo mercado de trabalho e condicionando, consequentemente, as respectivas estratégias, o que se revela como uma constante é a importância da participação no aparelho de Estado como factor dominante no definir de uma carreira *bem sucedida*.

O poder atractivo da carreira burocrático-política sobrepunha-se frequentemente ao de outras profissões que, embora com custos de formação elevados, dificilmente encontrariam, na altura, oportunidades de se exercer de forma satisfatória fora do sector público, nomeadamente o caso dos engenheiros (Serpa Pimentel, Fontes, Sousa Brandão, Andrade Corvo, Latino Coelho). Também a carreira docente, que, ao nível do magistério superior, aparecia frequentemente associada ao desempenho de altos postos burocrático-políticos, se subordinava à maior atracção destes (em vários casos, as funções docentes apareceram-nos interrompidas ou preteridas a favor da actividade política). Desta forma, a Universidade de Coimbra fornecia a maior parte dos contingentes que constituíam o pessoal político superior, não só a partir dos discentes por ela formados, mas igualmente a partir do seu próprio corpo docente, cuja reprodução ela acabaria por considerar ameaçada. Esta tendência, desencadeada no período que aqui estudamos, atingiria um ponto crítico no último quartel do século XIX — «A política é o paradeiro da maior parte dos jovens professores», declarava-se num relatório da Universidade. «Como é o meio principal, se não o único, de obter lugares rendosos e vistosos que cubram as necessidades da vida e afaguem a vaidade, o professor, a quem a sua profissão, de importância meramente platónica, não seduz nem pelo lado do interesse nem pelo lado da vanglória, lança-se resolutamente na voragem.»⁴⁷ Apontavam-se, entre as consequências deste comportamento, o *agravamento da concorrência*, com efeitos nocivos para os negócios públicos e, por outro lado, com perturbações para a disciplina mental dos concorrentes, dando lugar à *decadência do carácter*, tanto mais quanto os docentes se encontravam impreparados para aguentar aquele tipo de combate.

Quando o magistério superior era exercido por indivíduos da carreira militar, surgia frequentemente uma acumulação de funções do tipo engenheiro-militar-docente-político-homem de letras⁴⁸ (caso, por exemplo, de

⁴⁷ Citado em *O Conimbricense*, n.º 4024, 1886.

⁴⁸ No que respeita aos militares, recorda-se que, ao longo do período em estudo, eles intervieram muito activamente na vida política — o Exército era um instrumento partidário constituído por várias clientelas armadas. Fronteira contava que, por volta de 1848, era ele governador civil de Lisboa, «as participações da Polícia anunciavam que vários oficiais amnistiados, que tinham servido a Junta do Porto e que estavam na capital, aliciavam soldados dos diferentes corpos para uma revolução. A polícia do Governo Civil fez-me ver, com evidência, que o tenente-coronel Horta, hoje general e governador de Runa, aliciava, nos granadeiros da rainha, corpo onde tinha servido, os soldados e sargentos para se revoltarem contra o Governo legítimo» (Fronteira, *Memórias*, partes 7.ª e 8.ª, p. 297) — a situação, aliás, nada tinha de novo, antes se inscrevia na longa série de pronunciamentos, ou tentativas de pronunciamento, em que se tinham envolvido, desde 1820, as diferentes fracções representadas no Exército.

Latino Coelho ou Andrade Corvo, oficiais do corpo de engenheiros do Exército, lentes da Escola Politécnica, deputados e ministros, dedicando-se, além disso, à prática literária).

A dominância da carreira burocrática-política em relação às outras carreiras intelectuais implicava, claro está, a expectativa da passagem para os altos postos, o que constituía o grande estímulo para os pretendentes, tantas vezes gorados nessa expectativa:

Os ordenados são insuficientes... que importa? Já houve tempo em que o seu pagamento andava atrasado muitos meses... que bagatela! O caso é entrar numa repartição de Estado, porque se está apto para ser chefe de direcção, oficial maior, conselheiro *in partibus*, deputado, e mesmo ministro ⁴⁹.

Na verdade, se, como atrás ficou dito, a maior parte dos intelectuais eram funcionários públicos, é necessário distinguir, no entanto, o alto funcionário-escritor e o escritor também empregado no serviço público, mas em lugares subalternos. Uns e outros diferenciavam-se pela natureza e volume do seu capital económico, cultural e social; pelos géneros de produção que elaboravam; pelo seu grau de dependência relativamente às instâncias políticas, e pelo prestígio das respectivas carreiras. Naturalmente, também entre os ordenados de uns e outros as diferenças eram marcantes — um ministro, um conselheiro de Estado e um director-geral ganhavam em regra 3200\$000, 2000\$000 e 1200\$000 réis por ano, enquanto um amanuense recebia cerca de 250\$000 ⁵⁰ (há vários casos de intelectuais situados a este nível subalterno do funcionalismo).

Parece-nos interessante um breve confronto destes ordenados com os de outros cargos ocupados pelos intelectuais nas várias carreiras que se iam sucedendo, acumulando ou alternando ao longo dos percursos profissionais mais característicos — magistério superior, carreira militar, magistratura, carreira jornalística.

Magistério superior — um reitor da Universidade recebia 1600\$000 réis e um lente não ultrapassaria 900\$000, mas, nas outras escolas superiores, mesmo um lente proprietário de cadeira dificilmente ganharia acima de 500\$000.

Certos postos de direcção em instituições culturais tinham ordenados equivalentes aos do magistério superior — lugares como os de guarda-mor do Arquivo da Torre do Tombo, de administrador da Imprensa Nacional ou de bibliotecário-mor eram remunerados na ordem dos 700\$000 ou 800\$000 réis.

Carreira militar — excluindo o posto de marechal, com o elevadíssimo vencimento anual de 7200\$000 réis (só existiam dois marechais, os duques da Terceira e de Saldanha), o soldo mais elevado era de 1440\$000 e ao oficial de grau mais baixo cabiam apenas 240\$000 (os soldos eram acres-

⁴⁹ F. Maria Bordalo, *Viagem à roda de Lisboa*, 1855, cap. III «Funcionários. Pretendentes. Agiotas».

⁵⁰ Os ordenados que indicamos aqui e nas linhas seguintes foram recolhidos em Charles Vogel, *Le Portugal et ses Colonies*, e em Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos* [...] As quantias apresentadas valem para a década de 50, único período para o qual pudemos dispor de maior quantidade de dados relativamente às profissões e cargos figurando no nosso conjunto de intelectuais.

cidos de suplementos em casos de desempenho de funções especiais — em comando, em campanhas, etc.).

Para o quadro dos oficiais da Armada, o leque salarial era semelhante.

Magistratura — o presidente do Supremo Tribunal de Justiça tinha um ordenado de 2000\$000, o procurador-geral da Coroa de 1800\$000 e um conselheiro do Supremo 1600\$000. Os juizes das Relações ganhavam 1000\$000, mas os juizes de Direito somente 400\$000 ou 600\$000, e isto em Lisboa e Porto (a estes ordenados juntavam-se os emolumentos recebidos directamente das partes, o que tornava esta carreira bastante lucrativa e dava lugar, ao mesmo tempo, a insistentes ataques à corrupção dos magistrados).

Carreira jornalística — um redactor-chefe ganhava à volta de 480\$000 réis anuais e um folhetinista cerca de 144\$000. Não admira que aqueles que faziam da pena o seu principal modo de vida se vissem obrigados a multiplicar a colaboração por vários jornais — havia quem assinasse 3 folhetins por semana e quem escrevesse em 4 jornais semanais e 1 diário. Nalguns casos chegava-se ao jornalismo através da profissão de tipógrafo, cujo ordenado não excederia os 125\$000 réis anuais⁵¹.

Entre o exercício combinado da actividade literária com outras actividades, destacando-se entre as possíveis oportunidades a carreira burocrático-política, os intelectuais portugueses deste período difficilmente se podiam eximir à dependência em relação ao poder político, apesar do relativo arranque do processo de comercialização da literatura através do desenvolvimento da imprensa e do teatro e do movimento editorial.

Agosto de 1982.

⁵¹ Depoimentos de um tipógrafo n'A *Revolução de Setembro* de 27 de Agosto de 1846.